

Título

Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa

Autor

Adalberto Alves

Coordenação editorial

Marta Freches/INCM

Revisão

Paulo Fonseca Pimenta/INCM

Paginação

Nuno Leitão/INCM

Design da capa

João Tiago Marques/INCM

Impressão e acabamento

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.

2013, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A., e Adalberto Alves.

Tiragem

2000 exemplares

ISBN

978-972-27-2163-9

Depósito legal

356016/13

*Reservados todos os direitos,
de acordo com a legislação em vigor.*

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S.A.

Av. de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

www.incm.pt

editorial.apoiocliente@incm.pt

Nota do Editor. — A descrição da taxonomia é da responsabilidade do Autor.

*À memória da querida amiga Dr.^a Elsa Rodrigues dos Santos,
grande defensora da causa da Língua Portuguesa.*

Agradecimentos

Ao Professor Badr Younis Youssef Hassanein, pelo importante e desinteressado contributo dado, nomeadamente na inserção informática dos caracteres árabes;

À Comissão Nacional da UNESCO, nas pessoas do Sr. Embaixador Dr. Andresen Guimarães, de Manuela Galhardo e de Clara Bertrand Cabral, por todo o apoio e estímulo;

Ao Instituto Camões, pelo apoio concedido;

À Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., pelo interesse que mostrou, desde a primeira hora, quanto à presente publicação;

Ao Dr. Davide Vaz, pela sua contribuição, fornecendo-me alguns raros termos regionais da sua Beira natal;

Ao Sr. Alberto de Oliveira, pela dedicação com que secretariou a longa e penosa gestação deste trabalho:

deixo a expressão da minha gratidão.

Minha pátria é a língua portuguesa.

FERNANDO PESSOA

Da minha língua vê-se o mar.

VERGÍLIO FERREIRA

Prefácio

Dedico este trabalho ao grande povo árabe, que, em plena Idade Média, soube construir uma civilização inigualável, onde a Beleza se entreteceu com o Saber e a Tolerância.

I. Considerações iniciais

O objeto do presente projeto não foi encarado como mero aglomerado de pedras esquecidas num qualquer campo arqueológico. Um idioma é organismo vivo: qual tapete mágico, transporta-nos rapidamente aos mais distantes horizontes do espaço e história.

Levei anos, muitos anos, desde o colo de minha mãe, a ouvir e praticar esta nossa Língua, encadeado misterioso de sons, emergente de um rio sem fim que foi despontando lentamente, como joia, da vasta herança recebida dos que me precederam e dos que me acompanham ainda.

Nada é mais exaltante do que o verbo: inconsciente duplo do pensamento, passado de boca em boca, desde os tempos em que a alma do homem ainda se encontrava encerrada entre o silêncio dos medos e do maravilhamento e o ronco surdo da expressão incompleta.

Enriqueceu-se, até se transformar em veste recamada na voz de poetas, santos e filósofos. Assim, veio a tornar-se parte da essência do ser.

As línguas são constituídas por trama inextrincável de fios e cores imateriais.

Cada palavra mal nos deixa acercar de um limiar. E se as línguas são misteriosas, o português carrega em si uma história ímpar, que jamais po-

deremos, por inteiro, desvendar, tantas foram as sendas bifurcantes que nele se cruzaram e cruzam ainda.

Estamos no terreno vasto da exteriorização, ainda assim menos vasto do que a fonte que o vivifica. Através dos seus sinais podemos alcançar um precioso saber acerca daquilo que, de facto, historicamente somos.

Embora consciente das minhas limitações para levar a cabo a presente tarefa, fui, todavia, colecionando, durante décadas, materiais, fontes e reflexões, antes de, finalmente, me abalançar numa área — a da Linguística — onde, como em tantas outras, nunca passei de um intruso atrevido.

Tomando as vigorosas asas do Amador (aquele que ama), atrevo-me a trazer agora a público aquele que se pode considerar verdadeiramente o primeiro dicionário do português de origem árabe, tributário, como é óbvio, do trabalho de quantos me precederam e a quem este trabalho presta homenagem.

Depois da longa recolha, antes mencionada, e desaparecidos aqueles que, melhor do que eu, talvez pudessem ter levado a cabo este projeto, dei comigo a considerar, como dever, não deixar improdutivo o vasto material que tinha entre mãos.

Além disso, tendo passado, em 2011, mil e trezentos anos sobre a entrada árabe na Península Ibérica, parece-me adequada esta modesta contribuição para a celebração desse facto, de tantas consequências fecundas para a história da civilização e para a portugalidade, em particular.

Assim, um belo dia, dei comigo a escrever a primeira entrada do DICIONÁRIO, depois de ter matutado demoradamente sobre a estrutura e metodologia a adotar. E foi deste modo que comecei a subir o *Rio das Palavras*.

Duas alternativas se me colocaram, quanto ao público-alvo, ambas condicionantes das características da obra, pela sua própria natureza, um vasto campo de investigação, reflexão e escrita.

Produzir um trabalho de cariz estritamente académico implicaria, p. ex., ter de consignar, em relação a cada verbete, as respetivas *abonações* históricas, o que seria praticável num simples glossário mas que, num dicionário como este, implicaria vários grossos volumes e comprometeria, talvez irremediavelmente, a possibilidade da sua conclusão em tempo útil.

Achei mais prudente, como sempre tenho feito, dirigir-me, em primeira mão, ao grande público, aquele que mais carente está de saber, e não tem

fácil acesso ao conhecimento em «circuito fechado», que caracteriza os gabinetes académicos.

Isso não significa que a obra não tenha sido levada a cabo com recurso ao rigor científico possível, tal como eu o entendo.

Espero, por isso, que os especialistas interessados possam encontrar aqui algo de proveitoso para o seu próprio trabalho, sendo que as suas críticas construtivas serão sempre bem-vindas e desejadas.

Dentro desta ordem de preocupações, procurei abusar, o menos possível, do jargão técnico, em ordem a facilitar a compreensão do leitor comum.

2.A contrafação etimológica como vertente do combate ao Islão

Ao folhear estas páginas, o leitor que frequenta dicionários de português atento às etimologias não deixará de deparar com um enorme número de palavras às quais, desde há séculos, é creditada origem latina mas que agora são apresentadas no seu marco árabe.

E as perguntas naturalmente surgirão: como foi isso possível? Como puderam tais elementos do léxico escapar ao escrutínio de gerações sucessivas de linguistas portugueses, alguns deles arabistas? Não haverá excesso de arabofilia da parte do autor?

Para responder a tal perplexidade, torna-se necessário recuar até ao séc. VIII, quando na Península Ibérica, pela primeira vez, começam a ser postos em contacto o romance dos cristãos, língua derivada do latim vulgar, e o árabe (clássico, ou nas suas diversas formas dialetais) dando lugar ao fenómeno que os linguistas chamam *adstrato*.

Embora a Civilização Islâmica, nessa altura, não tivesse ainda alcançado o cume do seu esplendor, era, fora de dúvida, culturalmente muitíssimo mais sofisticada do que a dos rudes Romano-Visigodos da Hispânia.

Por esses tempos, o galaico-português não existia, encontrando-se ainda em estado proteico, no ventre do leonês, no que à sua componente latina respeita.

Tais circunstâncias históricas e de intercultura não devem ser esquecidas na explicação do importantíssimo papel desempenhado pelo árabe na formação do idioma pátrio.

Quando, séculos depois, se inicia a, impropriamente, chamada «Reconquista Cristã», tal intercultura ainda não cessa, porquanto:

— Finda a supremacia política, mantém-se o prestígio cultural do árabe, que subsiste, além do mais, como língua franca;

— Nos territórios então tomados ao Crescente ficam integradas vastas populações árabes e moçárabes que prolongam o processo natural de «contaminação» linguística, por alguns séculos mais.

Nos agentes culturais dos reinos cristãos (que eram, principalmente, clérigos e monges) era cultivada indisfarçável hostilidade teológica e prevalecia o preconceito social contra os seguidores do islão. Todavia, paradoxalmente, não deixa de verificar-se uma concomitante fascinação por variados aspetos da cultura dos Árabes, nomeadamente no que respeita a filosofia, ciências, artes e tecnologia.

Compreende-se tal facto, uma vez que bem cedo, após a emergência do islão, os Árabes (alguns deles cristãos) começaram a tradução sistemática de tratados científicos e filosóficos de Gregos e Romanos, recolhidos especialmente a partir de Bizâncio e da Síria.

Isso contou com o estímulo, quando não o patrocínio direto, dos próprios califas.

Na Península Ibérica, monges e clérigos letrados não tardaram a adivinhar a importância dos enormes tesouros do saber que os Árabes traziam consigo: grande parte do património cultural da humanidade, nos mais diversos ramos, estava ali, ao alcance da mão... mas em árabe.

Muitas dessas obras, cujos originais em grego e latim se viriam a perder, e salvas graças às versões árabes, viam-se agora retraduzidas para grego e, sobretudo, para latim, por alguns desses versados em línguas semitas.

Porém, os Árabes não se limitavam a ser meros compiladores do saber de Romanos, Gregos ou Persas: levaram essas sabedorias a patamares até então desconhecidos. E novas perspectivas surgem no domínio da filosofia, da teologia, da medicina, da astronomia, da matemática, da biologia, da arquitetura, da música, da literatura, da agronomia, etc.

Tal alargamento a outros conhecimentos implicava, da parte dos intelectuais e sábios muçulmanos, a emergência de novos conceitos e/ou designações, o que postulava um léxico, também ele modernizado e enriquecido, para corresponder às realidades decorrentes da investigação. Impunham-se,

portanto, não só mecanismos de importação lexical mas também intenso trabalho de *inovação* a nível gramatical.

Os Árabes dispunham de um instrumento de eleição para a modelação linguística, o seu plástico idioma, que facultava, até ao infinito, a possibilidade de criação de novos vocábulos, com base em radicais, a partir dos quais aquele se estrutura.

Em consequência, milhares de novos termos derivados surgiram no árabe que, obviamente, não tinham, nem podiam então ter, quase nunca, correspondência nem nas línguas clássicas nem nas românicas.

A esses letrados cristãos, colocava-se, desta forma, um bicudo problema: como traduzir, para grego ou latim, conceitos árabes intraduzíveis?

Poderiam agir de uma de duas formas: ou transcreverem, pura e simplesmente, o vocábulo árabe, o mais intacto possível, para a escrita latina, explicando o seu significado e origem, ou fabricarem novos vocábulos romanizados, a partir da raiz semítica, mas apresentando-os, sem explicações etimológicas, como se das línguas clássicas originariamente derivassem.

A primeira solução terá sido afastada, não apenas por dificuldades linguísticas mas, sobretudo, por preconceito religioso, uma vez que a hierarquia da Igreja queria apagar, o mais possível, da consciência dos seus fiéis, a ideia da existência, fosse em que domínio fosse, de um legado válido herdado de *renegados infiéis*.

Nesta conjuntura ideológica, impôs-se a segunda perspectiva, nomeadamente a partir da chamada «escola de tradução» de Afonso X de Castela, aliás um notório arabófilo, que começou esse trabalho enveredando-se, sistematicamente, pela criação de termos que, algo jocosamente, rotularei agora, conforme o caso, de *arabim* ou *arabrego*.

Foram criados, a partir de então e ao longo dos séculos seguintes, milhares de termos, quer no âmbito do léxico comum quer no da linguagem científica e filosófica, disfarçados de grego ou baixo-latim, mas que, afinal, não passavam de cultismos românicos artificialmente concebidos no intuito do apagamento da *mácula* árabe da língua dos vencedores cristãos.

Todavia, quanto a tais palavras, em vão procuraremos a sua origem em Salústio, Cícero, Virgílio, Homero ou Xenofonte...

Na verdade, esse léxico acabou por ser incluído *a martelo* nos dicionários de latim e grego e passou a ser tido, desde então, por original, sem que, daí para a frente, a sua etimologia, durante séculos, fosse minimamente questionada.

Evidentemente, o longo consulado da Inquisição e a proibição, a partir de certa altura, do uso da língua árabe, por mudéjares e mouriscos, e mesmo a detenção de livros e documentos nela escritos, com a consequente e sistemática destruição de tais obras, em muito contribuíram para consolidar e agravar tal estado de «obnubilação etimológica».

Pouco se evoluiu, desde então, uma vez que os dicionários portugueses, nesse aspeto, ainda hoje repetem acriticamente, e de um modo geral, sobretudo as falsificadas etimologias, nos tais *arabins* e *arabregos*, congeminações, há séculos, pelos monges da Idade Média, no silêncio das suas celas e que viriam a ter no futuro novos avatares.

Claro que o desconhecimento do árabe, por parte da esmagadora maioria dos dicionaristas do português, também explica a manutenção desse estado de coisas, e só muito recentemente se tem vindo a esboçar uma tímida reação ao imobilismo apontado.

Porém, embora sujeita a apreciação crítica (que nós próprios fizemos), a confirmação da metodologia de criação do *arabim* e do *arabrego* fica ao alcance de todos, com a publicação, em 2005-2007, de um, até então, muito desconhecido manuscrito: trata-se do *Diccionario de arabismos: recopilación de algunos nombres arábigos*.

Os esclarecimentos constantes de tal obra têm de considerar-se insuspeitos, dada a circunstância de o seu autor, o franciscano Diego de Guadix (séc. XVI), ser oriundo da região granadina, onde a impressão árabe era ainda bem viva. Tratava-se, nem mais nem menos, do confessor da Inquisição espanhola, o que, obviamente, o torna isento de qualquer suposta *mácula* de propaganda arabófila ou muçulmana.

Além disso, a familiaridade que revela no conhecimento da aravia, da qual era intérprete e lexicógrafo, fazem dele testemunha fidedigna do processo de contrafação linguística em curso, que se traduzia na transformação do árabe em latim e grego, facto que ele repetidamente denuncia, ao longo da sua muito extensa obra. Bem entendido, esta dificilmente se adapta aos cânones da investigação linguística atual, mas é, ainda assim, em muitos aspetos, uma fonte de inquestionável interesse.

Diz ele, nomeadamente (*Diccionario de arabismos...*):

— «Os inventores ou embusteiros da língua latina burilaram-no e aconchegaram-no [o idioma árabe] à sua maneira latina e fazem-no entrar

através da terceira declinação dos seus nomes latinos, para servirem na sua língua latina.» (p. 92, entrada «amor»);

— «[Q]ualquer frase ou maneira de falar que fosse comum a cristãos e árabes, não era possível terem-na os árabes aprendido dos cristãos, mas sim os cristãos [...] tê-la aprendido dos árabes. No seguimento destas minhas algaravias, tratarei desta curiosidade, e todas as frases de nomes que souber, usadas pelos cristãos pô-las-ei nesta primeira parte [da obra] para benefício e satisfação do leitor.» (p. 33, entrada «adelantado»);

— «O leitor curioso que se interesse a sério por estas computações de tempos e queira subtrair uns tempos dos outros [...] saberá quantos séculos é mais antiga [...] [a língua árabe] do que a grega e a grega do que a latina [...] E assim não se admirará de ouvir-me dizer que as línguas grega e latina furtaram e tomaram muitos vocábulos das línguas hebraica e arábica.» (p. 68, entrada «algarabía»).

A autoridade de Diego de Guadix, neste particular, reforça-se com o facto de ele próprio confessar no «Proémio ao Leitor»:

«Esta língua árabe é para mim quase materna — por havê-la aprendido e sabido desde menino.» (P. 13.)

Ora, este processo, começado na Idade Média, prolonga-se ativamente a nível de cultismos, como recorda Nas E. Boutamina (*L'islam, fondateur de la science e Mots français d'origine arabe*), ao longo dos séc. xvii e xviii. Para tanto, basta citar Lineu (1707-1778), entre os que, agora com finalidades científicas, convertem em grego ou latim a terminologia árabe, no campo da botânica e da zoologia.

Por exemplo, G. Patin (1601-1672), nas suas *Cartas*, declara perentoriamente que «a Medicina, que desde há séculos disponibiliza os seus recursos terapêuticos [...], é *cozinha arabesca*» (Boutamina, *Mots français...*, pp. 47 e 48).

Tal trabalho secular, a que Diego de Guadix chamou «a praga de usar nomes e verbos árabes sem reconhecê-los como tal», conseguiu vingar, até agora, como já dissemos, nos dicionários europeus.

A nível etimológico, os de língua portuguesa aí estão a comprovar a eficácia desta maquilhagem perversa.

Referimos, numa das nossas obras anteriores, que talvez nenhum outro povo tenha uma relação tão particular e íntima com a sua língua como os Árabes.

O Árabe define-se, a si próprio, como o que tem como língua materna o árabe e que, por isso, é aquele capaz de pronunciar corretamente o *dad*, a consoante enfática, por excelência. Para os muçulmanos, o árabe é um idioma sagrado, cujo paradigma é o Alcorão.

Se considerarmos a língua como um *órgão mental*, na esteira de Noam Chomsky (n. 1927), não é difícil compreendermos o predomínio que o árabe alcançou, enquanto língua dominante, e como terá modelado idiossincriticamente os habitantes do Alandalus.

Para justificar o quanto é requerida uma urgente reavaliação do impacto árabe na nossa língua, poderia ter-se em conta o trabalho que, recentemente, os linguistas britânicos têm levado a cabo em relação ao inglês, a propósito da invasão da Inglaterra pelos Normandos, em 1066. Estes acabaram por forçar aí a imposição do seu idioma franco-latino, ao longo dos séc. XII e XIII, como língua da corte, da igreja, dos tribunais, do comércio e da administração.

Esses *dois únicos séculos* bastaram para que o inglês materno dos Anglo-Saxões se fosse metamorfoseando, vindo a perder parte substancial das suas características germânicas: a tal ponto que os últimos estudos linguísticos sobre a matéria apontam para que mais de 80% (!) do léxico inglês seja de origem franco-latina.

Em comparação, o domínio do árabe traduziu-se, da mesma forma, no triunfo como língua veicular da ciência, cultura, administração e comércio durante *cinco séculos*, convindo todavia sublinhar que, diferentemente dos Normandos, os Árabes jamais impuseram na Península o uso obrigatório do seu idioma. Tal não impediu, segundo o testemunho queixoso e impressionante de Álvaro de Córdoba (séc. IX), que os jovens cristãos do seu tempo já só preferissem exprimir-se, oralmente e por escrito, em árabe, uma vez que entendiam com dificuldade o latim (Adalberto Alves, *Portugal e o Islão: novos escritos* ..., pp. 177 e 178).

Face a isto, não é motivo de admiração o resultado a que chegou esta nossa pesquisa, sabendo que ele peca certamente por defeito, tanto mais que os contactos entre as duas línguas se prolongaram muito para lá dos referidos *cinco séculos* de domínio político e cultural muçulmano.

Impõe-se, agora, um pequeno parêntese para mencionar os inevitáveis limites de um dicionário como o presente.

A problemática da língua consegue ser tão fascinante que, desde sempre, foi domínio que tentou não apenas linguistas, poetas e escritores mas também filósofos, místicos e cientistas.

No séc. xx, o de todas as revoluções, p. ex., se Jacques Derrida (1930-2004) defendia, na sua filosofia, a abissalidade e o potencial disseminatório da linguagem num texto, Niels Bohr (1885-1962), na sua física, em termos quânticos, avançava com a constatação perturbada da existência de uma carga de ambiguidade nas palavras, que desembocava num paradoxo profundo e irresolúvel. Dizia ele, exemplificando, que, nas palavras referentes à atividade mental, são inúmeras aquelas — como é o caso de *embriaguez* — que possuem uma ambiguidade essencial que designa tanto um estado de alma como um comportamento físico.

A estas funções de valor múltiplo acrescem as variações aparentemente paradoxais. Para dar um exemplo, *bestial*, hoje em dia, tanto significa «brutal», logo «vil», por ser supostamente próprio das bestas (animais), como significa «excelente», «magnífico» ou «fantástico».

Este tipo de ocorrências antitéticas, existente, em maior ou menor grau, em todas as línguas, é particularmente visível no sânscrito e no árabe. Não admira, assim, que o Alcorão tenha imensas passagens e use vocábulos cuja precisa significação, ainda hoje, se não conhece.

Neste dicionário, usamos frequentemente (se calhar, abusamos...) as expressões *evolução semântica* e *extensão semântica*, com consciência de estarmos a propor uma justificação, imperfeita mas cómoda, para as variações que o processo de *empréstimo etimológico* comporta.

De facto, e no fundo, não existe qualquer evolução ou extensão: todos os significados ou morfologias fonéticas a que uma palavra potencialmente pode dar lugar já estão proteicamente contidos na força disseminatória que a palavra prístina contém em si.

Numa certa perspetiva, como já antes escrevemos, em *As sandálias do mestre*, por exemplo, a distinção entre a natureza adjetiva e substantiva de um termo lexical, em termos absolutos, carece de sentido.

Os místicos e os gnósticos cedo se aperceberam de que as palavras correm na mente como água por entre os dedos. Nesse domínio, julgo ser Ibn ‘Arabî ainda o mestre máximo. Derrida e Ludwig Wittgenstein (1889-1951) foram, a nível europeu, outros constataadores da realidade do indizível.

Por isso, um dicionário como este tem o valor e os limites que tem: valem tanto o que lá está como o que lá não está. Está-se, tão somente, no domínio da conjectura razoável, perante a natureza dos escorregadios étimos, cujo significado se transmuta, subtilmente, ao serem filtrados pela sintonia fina de cada uma das mentes que os analisa.

As línguas e as palavras são reflexo da infinidade atributiva do real.

As leis da nova física parecem, atualmente, contradizer tudo o que as leis da física clássica, de forma consensual, ensinaram sistematicamente ao homem, ao longo dos séculos anteriores, condicionando a sua percepção da(s) realidade(s).

Ler a *Iliada*, hoje, é como escutar uma poesia estranha ao universo da nossa sensibilidade atual: vemos no poema uma espécie de melopeia minimal repetitiva e trágica, não obstante fascinante e imortal, porque fora do tempo dos homens e perto do tempo dos deuses, ou melhor, um tempo onde se confundem ambos.

Neste meu modesto trabalho, procurei, tanto quanto possível, agitar as águas do charco estagnado da contrafação, resgatando da poeira greco-latina, que a ocultava, uma verdade etimológica possível ou provável, mas sempre provisória.

Como dizia João Gaspar Simões, «sou o primeiro a reconhecer a falibilidade dos meus juízos».

Tal caminho, reconheço-o, não é mais do que um começo que, oxalá, venha a ser retomado por outros, uma vez que, de modo algum, é trabalho para um só homem.

Parafraseando Américo de Castro, «não resisti a correr o risco de errar para dar azo a que me corrijam», ou, como dizia John Maynard Keynes, «prefiro estar vagamente certo do que seguramente errado».